

# **Discussão de gênero como questão sociocientífica**

## **Gender discussion as a socio-scientific issue**

**Jéssica Carolina Paschoal de Macedo**

Universidade Federal de São Carlos - Centro de Ciências Agrárias/Araras  
jessica\_cpmacedo@hotmail.com

**Nataly Carvalho Lopes**

Universidade Federal de São Carlos - Centro de Ciências Agrárias/Araras  
natalylopes@cca.ufscar.br

### **Resumo**

O presente trabalho foi desenvolvido a partir da análise das atividades realizadas pelo grupo de bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)/CAPES, do subprojeto de Física da Universidade Federal de São Carlos, que atuam em uma escola da rede pública de ensino no município de Araras. As atividades propostas pelo grupo visam desenvolver nos estudantes um olhar crítico sobre as questões que os cercam. Com isso, nesse trabalho, buscamos identificar e analisar situações vivenciadas pelo grupo ao longo de um ano de atividades, que em nossa visão, apresentam as potencialidades e limitações das discussões de gênero nas escolas, e por meio disso, contrapondo as ideias do Projeto de Lei do Senado nº 193, “Escola sem partido” propõe-se a inclusão de ambientes de desenvolvimento argumentativo nas salas de aulas, a fim de promover uma educação pública de qualidade a todos os estudantes.

**Palavras chave:** Discussões de gênero, Ambiente escolar, QSC.

### **Abstract**

The present work was developed from the analysis of the activities carried out by the group of scholars of the Institutional Program of Initiatives for Teaching (PIBID) / CAPES, of the Physics subproject of the Federal University of São Carlos, that acted in a public school in the municipality of Araras. The activities proposed by the group aim to develop in students a critical look at the issues that surround them. Thus, in this work, we seek to identify and analyze situations experienced by the group during a year of activities, which in our view, present the potentialities and limitations of gender discussions in schools, and through this, opposing the ideas of Senate Bill nº 193, "School without a Party" proposes the inclusion of argumentative development environments in order to promote a quality public education to all students.

**Key words:** Gender discussions, School environment, SSI.

## **Contextualização**

Constantemente nos deparamos com notícias que relatam casos de violência contra mulheres, negras (os), Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBT), e os demais grupos que de alguma forma são marginalizados e excluídos pela sociedade. Sabe-se também que a própria mídia acaba reforçando estereótipos e alavancando novas discussões que nem sempre visam ao debate ético desses temas. Em meio a este contexto, em 2015, foi difundido o Projeto de Lei do Senado nº 193, “Escola sem partido”, o qual promove a quebra de direitos constitucionais, como a liberdade de expressão dos estudantes, já que em um dos artigos proíbe também as discussões de gênero nas escolas. Deste modo, esse cenário torna-se preocupante, pois as escolas ainda são ambientes que disseminam preconceitos devido à ausência e/ou superficialidade nas discussões sobre esses temas dentro dos conteúdos escolares, motivando atos de violência contra os estudantes e demais agentes do processo educacional.

Desse modo, neste trabalho buscaremos identificar e analisar as situações vivenciadas por um grupo do PIBID na escola, por meio dos relatos e falas dos estudantes, especificamente do grupo que abordou intolerância de gênero, de forma a responder ao questionamento “Quais as potencialidades e limitações das discussões de gênero nas escolas?”. Reiteramos assim, que a inclusão de ambientes de discussão sobre essas questões na escola é importante, a fim de que todos os estudantes se sintam motivados a aprender, e que os professores notem sua importância na formação de cidadãos éticos e atuantes nas esferas sociopolíticas.

## **Fundamentação teórica**

Este século tem se caracterizado pelo alargamento de discussões sobre temas como o feminismo, o racismo, a xenofobia, a homofobia, entre outros temas sociais importantes. Inseridas nesse cenário, as discussões de gênero visam questionar situações como o papel da mulher em nossa sociedade, a utilização do nome social por pessoas transexuais e a união estável de casais homoafetivos, temas esses que são muito questionados pela mídia, tanto nacional quanto internacional. Nessa perspectiva, espera-se que as escolas se adéquem a essas questões e possibilitem que os estudantes desenvolvam um pensamento crítico e fundamentado em conceitos éticos acerca dessa temática.

Por meio do banco de dados do X ENPEC, pode-se constatar que no ano de 2015, foram publicados nove artigos sobre as discussões de gênero. Contudo, esses trabalhos se fundamentam principalmente na implementação dessas discussões na formação de educadores e na pesquisa documental sobre os artigos já publicados no Brasil e no exterior. Vale ressaltar que desses nove artigos, apenas um defende a inserção das discussões de gênero no ensino de ciências, mais especificamente no ensino de Química, o qual também foi desenvolvido no âmbito do PIBID. Neste trabalho, Santos, Siemsen e Silva (2015) propuseram uma oficina sobre a temática racial e de gênero com estudantes de uma escola pública do estado do Paraná. Esses dados reforçam a importância da elaboração de propostas didáticas a serem trabalhadas na escola, visto que há certa ausência de trabalhos que evidenciam a relação entre o desenvolvimento científico e tecnológico com as questões que as discussões de gênero abarcam.

Visto isso, em nossas atividades buscamos a inserção da abordagem Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) no ensino de ciências, a qual de acordo com Pinheiro, Silveira e Bazzo (2007), busca questionar as consequências sociais, econômicas e políticas do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, evidenciando que esse processo não é neutro, pois sofre interferência de grupos dominantes. De modo a evidenciar a relação do desenvolvimento científico e tecnológico com as implicações sociais, e facilitar o

desenvolvimento do senso argumentativo dos estudantes, nos valem das Questões Sociocientíficas (QSC) para abordagem do tema, as quais conforme relata Guimarães (2011), auxiliam os estudantes a compreender as implicações dos conhecimentos científicos em suas vidas, de modo a prepará-los para exercer sua ação sociopolítica na sociedade.

Para a inserção das QSC, o grupo propôs atividades problematizadoras, caracterizadas pela aplicação dos três momentos pedagógicos propostos por Delizoicov (1982). Deste modo, o conceito de gênero empregado se alinha às definições propostas por Pelúcio (2014), em que conforme a autora, gênero é toda a construção social e cultural, que varia de acordo com a sociedade e o contexto histórico, portanto, são todas as características atribuídas pela sociedade aos indivíduos. Assim, as discussões de gênero determinam os papéis de feminino e masculino estabelecidos pela sociedade atual, os quais estão presentes também no ambiente escolar, de modo que, conforme cita Louro (2003), “é indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz [...]” (LOURO, 2003, p. 81). Desta forma, a abordagem das questões de gênero nas escolas deve ultrapassar os aspectos mais primários deste tema, como orientação sexual dos estudantes, e podem ser orientadas a controverter de forma ética, questões sobre o papel do desenvolvimento de tecnologias e da ciência voltadas à eugenia, à manutenção do pensamento de superioridade de determinadas etnias, às cirurgias de redesignação sexual, entre outros assuntos relevantes para a formação social dos estudantes, a fim de prepará-los não apenas para compreender os conceitos científicos, mas também os impactos que eles causam na vida de todas as pessoas.

Deste modo, falar sobre gênero nas escolas é fundamental, pois proporciona aos estudantes um ambiente educacional mais igualitário, ético e que legitima a democracia. Além disso, discussões dessa natureza contribuem para formar agentes que atuem fortemente nas discussões sociais e políticas em torno da conquista de direitos e compreensão sobre os aspectos científicos, tecnológicos, éticos e morais que se relacionam a esta questão. Para destacar esse papel da escola e do ensino na formação dos cidadãos, ressaltamos a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9.394/96), a qual em seu artigo 3º propõe a forma como o ensino seja ministrado, no qual destacamos os seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber (BRASIL, 1996).

Assim, é possível compreender que todos os estudantes têm direito a um ensino focado, sobretudo, na sua liberdade de expressão e a escola então passa a ter papel chave na quebra de preconceitos, no incentivo a tolerância e na formação de sujeitos éticos. Portanto, como professores é nosso papel fornecer a esses estudantes um ambiente confortável e propício para o aprendizado e não um ambiente disseminador de preconceitos e ódio, como é visto atualmente. Contrapondo à nossa visão de educação libertadora, o Projeto de Lei do Senado, nº 193, “Escola sem partido”, prevê a modificação de alguns preceitos da LDB, e determina em seu artigo 2º os princípios que a educação nacional deverá atender, no qual ressaltamos:

- VII – Direito dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções.

Parágrafo único. O poder público não se imiscuirá na opção sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero (BRASIL, 2016, p.1-2).

No artigo 2º são sugeridos os princípios que a educação deverá cumprir, e no inciso VII é sugerido que os estudantes recebam educação moral e religiosa que esteja de acordo com suas convicções. Porém, de acordo com a crença religiosa, ou ausência dela, cada indivíduo e grupo familiar apresenta uma moral, pois diferentemente da ética, ela representa os valores ou comportamentos julgados como certos, que devem ser expressos na sociedade. Também há a inserção do parágrafo único, que veta as discussões de gênero na escola, que é denominado de “ideologia de gênero”. Nesse inciso, já notamos o preconceito existente nessa proposta, que segundo o senador proponente, a lei não irá se envolver na “opção sexual” dos estudantes, contudo, homossexualidade, transexualidade e bissexualidade não são mais consideradas desvio sexual pela Organização Mundial da Saúde (OMS), nem tão pouco, é algo que possa ser escolhido ao ponto de ser determinado como uma opção de vida. Visto isso, reiteramos que em seu projeto de lei, o senador Magno Malta revela o atual pensamento da sociedade brasileira: que pessoas que possuem orientação sexual diferente da heterossexual possuem desvio, logo, já que elas escolheram ser assim, se esse tema for trabalhado nas escolas, os estudantes poderão escolher isso também, e deixarão de permanecer “em harmonia com sua respectiva identidade biológica de sexo”.

## **Metodologia**

De acordo com as discussões apresentadas, essa pesquisa visa analisar as atividades desenvolvidas pelo grupo de bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que atua em uma escola pública do município de Araras-SP. Esse grupo é constituído por dez estudantes dos cursos de Licenciatura em Química, Física e Biologia da Universidade Federal de São Carlos, duas professoras de Português e Matemática da escola, e uma professora coordenadora, que atua no curso de Física da universidade. Ao longo do ano, o grupo realiza atividades na escola e na universidade. Na escola, o projeto se inicia por meio de entrevistas com os estudantes, professores, gestores e moradores próximos à escola, acerca dos temas de interesse da comunidade escolar local. Após isso, é realizada análise das entrevistas para determinação do assunto de maior relevância, sendo que neste ano o tema central foi “as intolerâncias presentes no ambiente escolar”. Em seguida, ocorre a elaboração do cronograma com as atividades a serem desenvolvidas ao longo do ano, neste caso, como o grupo é constituído por licenciandos da área das ciências, foram propostas discussões sobre QSC acerca dessa temática. Já na universidade, são realizadas reuniões semanais para discussão dos referenciais teóricos, planejamento das atividades e apresentação das questões de pesquisa que cada integrante analisará ao longo do ano.

Após a análise das entrevistas, o primeiro contato do grupo com os estudantes foi a problematização inicial, momento no qual apresentamos nossa análise e determinamos que o tema intolerância estivesse presente em todas as atividades. Em seguida, buscamos contextualizar esse tema por meio da elaboração de um mapa conceitual com os estudantes sobre as situações nas quais eles acreditavam que existia algum tipo de intolerância. A partir desse mapa, apresentamos os quatro tipos de intolerâncias que seriam trabalhadas pelo grupo, sendo elas: intolerância religiosa, étnica, política e de gênero. Ao longo do primeiro semestre, o grupo abordou conceitos dos quatro subtemas, por meio de reportagens e documentários, a fim de demonstrar alguns conceitos chave que seriam trabalhados em cada subgrupo, bem como a forma como eles estão presentes em nossa sociedade e em especial, nas escolas.

No segundo semestre, no grupo de gênero as atividades se fundamentaram na inserção dos três momentos pedagógicos propostos por Delizoicov (1982), sendo que na problematização inicial, apresentamos reportagens noticiadas pela mídia que envolvesse as questões de gênero, de modo que, por meio dos argumentos utilizados, buscamos compreender a visão inicial dos educandos sobre essa temática. Na organização do conhecimento, apresentamos os

conhecimentos científicos necessários para a compreensão do tema abordado, por meio de artigos científicos, a leitura de uma reportagem<sup>1</sup> sobre a proibição da doação de sangue por homens gays, e da Portaria do Ministério da Saúde, no qual os estudantes foram convidados a observar que em alguns locais no Brasil e no mundo, gays são proibidos de doar sangue, o que de acordo como a Portaria do Ministério da Saúde não é algo obrigatório, mas que depende da interpretação do profissional da área da saúde responsável pela coleta desse material, se configurando assim como um ato de homofobia, visto que a probabilidade de um homem gay contrair o vírus da AIDS é a mesma de um homem heterossexual.

Já na etapa de aplicação do conhecimento, os estudantes analisaram os materiais didáticos, como livros e apostilas utilizados nas demais disciplinas, com isso, evidenciaram que as questões de gênero também se fazem presente nessas situações de aprendizagem, como por exemplo, se há representatividade das mulheres no desenvolvimento científico, ou se a ciência é tratada como algo construído apenas por homens, brancos, e de países desenvolvidos. Do mesmo modo, os estudantes selecionaram e analisaram notícias apresentadas pela mídia que retratavam casos de intolerância de gênero, evidenciando em cada caso o papel da mídia na quebra ou difusão de estereótipos e intolerâncias acerca dessa questão. Por fim, os estudantes planejaram e executaram uma ação pública, a qual se fundamentou em entrevistar estudantes de outras turmas, professores e funcionários da escola, de modo a questionarem a visão deles sobre as discussões de gênero, e se é papel da escola também discutir essa temática.

## **Análise de dados**

Inicialmente efetuamos a constituição de dados, os quais foram obtidos por meio das transcrições das falas dos estudantes durante as atividades no subgrupo de gênero e das entrevistas realizadas pelos estudantes durante a ação pública. Em seguida, realizamos a análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (1977), para isso, seguimos os três momentos de análise propostos, sendo eles a pré-análise na qual efetuamos leituras de exploração do material; a distinção e classificação dos dados mais relevantes; para no momento final, efetuamos a interpretação dos dados obtidos. A partir dessas etapas de análise, optamos por utilizar duas grandes categorias, sendo elas “potencialidades” e “limitações” das discussões de gênero nas escolas, de modo que selecionamos falas dos estudantes do grupo de gênero, as quais serão representadas pela letra E, demais estudantes de outras turmas, representados por D, dos bolsistas do grupo, representados por G e dos professores da escola, representadas por P. A fim de evidenciarmos cada ponto relevante dessas grandes categorias, determinamos algumas subcategorias sendo elas:

### **Potencialidades do debate de gênero nas escolas**

#### *Desenvolvimento do senso crítico acerca do material didático*

Nesta subcategoria, apresentamos as falas dos estudantes obtidas durante a atividade de análise dos materiais didáticos. Nessa atividade, buscamos questionar os conteúdos propostos bem como, possibilitar aos estudantes um espaço para desenvolvimento do senso crítico acerca desses materiais, conforme observado:

*G1: Apostila de Biologia, página 17, situação de aprendizagem 2 “menina mãe e menino pai”. Vocês concordam com isso?*

---

<sup>1</sup> **Por que homens gays são proibidos de doar sangue.** 17/06/2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/06/17/Por-que-homens-gays-s%C3%A3o-proibidos-de-doar-sangue> Acesso em: 10/09/2016.

*E: Ah, eu não concordo, por que hoje em dia o homem pode fazer papel de pai e mãe, e uma mulher também...*

*E1: Também não concordo, por que têm os dois gêneros, mas poderia ser um casal homoafetivo né?*

*G: Então, a questão é totalmente essa, identificar o que é o papel de mãe e o papel de pai... O papel de mãe esta relacionado ao gênero feminino e o de pai ao gênero masculino? Então para ser pai, você sempre tem que ser homem, hétero e cis?*

*E1: Ah não, não existe só papel de pai e mãe.*

*G2: [...] Então pela biologia a gente interpreta que ser mãe é só ser mulher e ser pai é só ser homem, mas só pela biologia, pelas questões de gênero não. Porque como gênero é uma construção social, então a gente tem que entender que esses papéis são construídos pela sociedade*

*G1: Então outra coisa que vocês podem se atentar também, é se tem muitas mulheres na apostila de Física por exemplo*

*E3: Não encontramos nenhuma figura de mulher na apostila de Física, e todos os textos foram escritos por homens.*

*E2: No livrinho de Química a maioria dos textos foram feitos por mulheres. E não tem imagem de mulher, mas fala da Marie Currie*

A partir dessas falas, nota-se que os estudantes compreenderam o conceito gênero apresentado e com isso, ao analisarem de forma crítica as apostilas didáticas, observaram que há também nelas exemplos principalmente de desigualdade de gênero, o que os fizeram concluir que essas questões estão presentes nas escolas inclusive nos materiais utilizados. Se configurando assim, como uma potencialidade para a discussão dessa temática nas escolas, a fim de proporcionar um entendimento maior desse conceito e uma visão crítica dos estudantes acerca do material utilizado pelos professores.

#### *Reconhecimento da presença das questões de gênero na escola*

Nessa subcategoria, selecionamos falas dos estudantes obtidas na problematização inicial, na qual buscamos apresentar como a temática de gênero está presente nas escolas. Dessa forma, observamos que os estudantes reconheceram a presença dessa questão no ambiente escolar.

*G: Como ela salientou, falar de gênero não é só falar sobre homofobia. Então quando a gente fala que precisa falar sobre gênero na escola, já irão falar assim: ah vai falar sobre gays, sobre trans, e não, falar sobre gênero abrange outros tipos de preconceito também, como o caso do sexismo, aquelas construções que colocam sobre o gênero no que apenas a mulher pode fazer, se você nasceu mulher você tem que ser assim, se você nasceu homem você tem que ser assim*

*E: Tem aquela questão que todo mundo sempre fala: futebol para menino, vôlei é para menina né? É que eu estava lembrando da aula de educação física, os meninos não deixam as meninas jogarem futebol*

*G: Isso também é uma questão de gênero, então na aula da semana que vem se vocês quiserem trazer reportagens sobre isso, por exemplo, na olimpíada, por que o futebol masculino foi mais representativo que o feminino?*

*E: É então, as meninas jogam muito bem, mas não são reconhecidas no Brasil*

De acordo com as falas, observa-se que os estudantes ao compreenderem como as questões de gênero abrangem todas as construções sociais impostas pela sociedade, conseguiram relacionar isso à um caso muito recorrente nas escolas sobre a desigualdade de gênero nas aulas de educação física. Com isso, notamos que esse questionamento também transpassa a esfera escolar e, ao serem questionados sobre a falta de representatividade do futebol feminino, reconhecem que mesmo no “país do futebol” as meninas não possuem o mesmo apoio que o futebol masculino.

### *Gênero enquanto QSC no ensino de ciências*

Nessa subcategoria, selecionamos falas dos estudantes obtidas durante a atividade de leitura e discussão da reportagem sobre a proibição da doação de sangue por homens gays e a Portaria do Ministério da Saúde que regulamenta o questionário padrão para seleção de doadores.

*G1: Por que olha, se nós formos analisar tem uma parte científica, de que o HIV tem uma propagação maior mesmo pela mucosa anal, e com isso, supõe-se que acontece mais na comunidade LGBT e de fato alguns dados levantam que sim. Mas esse fato científico é suficiente para barrar todos os homossexuais de doar sangue?*

*E: Não é feito um exame antes de doar sangue para ver se tem ou não?*

*G: Sim, hoje a gente tem um exame mais preciso que tem uma janela de 15 dias, então se a pessoa se infectou agora e ela doou sangue, isso não vai aparecer no exame, só depois de 15 dias apareceria, então pode ser que você transmita sem saber nesses 15 dias.*

*E: Mas então, por que depois de um tempo, depois desses 15 dias eles não vão lá e analisa uma amostra daquele sangue para ver se tem ou não?*

*G1: Por que o vírus só se propaga no glóbulo branco. E também tem aquele negócio assim, tudo isso custa dinheiro né, então eles preferem negligenciar mesmo. E qual é a medida para isso? No questionário barram os homossexuais já que eles transmitem o HIV*

*G: Então até que ponto isso está certo ou errado, ou esta coerente? Tem também a transmissão por injeção, por agulha...*

*E: Então isso que eu iria falar agora, se uma pessoa injeta droga ela vai no hospital e toma uma injeção e essa agulha está infectada*

*G2: Alguns hospitais que não fazem o descarte das agulhas isso pode acontecer e essa pessoa pode doar sangue depois e ser heterossexual e ter um relacionamento estável e mesmo assim estar com HIV [...] O importante é a gente sempre tentar se basear na legislação e pesquisar, por isso a gente trouxe para vocês um texto científico e a legislação e a gente pode ver, pelo menos na minha visão pessoal, eu vejo que a minha interpretação da lei do ministério da saúde não é essa, de que a gente deve barrar somente os homossexuais. Isso que a gente queria propor para vocês, para vocês fazerem uma crítica ao modelo dos postos de saúde de hoje em dia que não recebem esse sangue, ou lá dos EUA que não recebeu sangue da comunidade, com a legislação. Vocês conseguem fazer essa reflexão? O que vocês acham?*

*E: Ah eu acho que eles deveriam doar, por que se eles fazem com cuidado, não tem por que não né. Se uma pessoa que é hétero pode, o gay também*

Nessas falas, notamos que além de problematizar a questão social a respeito da proibição da doação de sangue por homossexuais, os estudantes também questionaram as metodologias de análise das amostras de sangue e a sobre a transmissão do vírus HIV. Especificamente, esse conteúdo está presente na apostila proposta pelo Governo do Estado de São Paulo, porém, constatamos que ao utilizarmos uma reportagem atual e a Portaria do Ministério da Saúde, os estudantes buscaram questionar as determinações da Portaria, mas também fundamentados no conhecimento científico sobre a transmissão e análise do sangue, desenvolveram o senso crítico de forma ética sobre essa temática.

### **Limitações do debate de gênero nas escolas**

#### *Visão distorcida do termo gênero*

Nessa subcategoria, selecionamos falas dos estudantes de outras turmas e professores da escola, obtidas na ação pública a fim de evidenciar a visão deles sobre a palavra gênero.

*E: O que você entende sobre gênero? E o que você acha que seria abordar gênero nas escolas?*

*P: Gênero é o sexo masculino e sexo feminino. Agora gênero pode ter várias opções, por que assim... Cada um pode ter várias opções. Ah, eu não vejo problema em falar sobre homem e mulher na escola.*

*P1: Gênero é as escolhas que cada um escolhe para sua própria vida, masculino, feminino, transgênero. Eu acho[...]Uma boa, porque as pessoas precisam ser esclarecidas, porque hoje em dia existe muita discriminação e a gente precisa entender. Se eu sou a favor ou contra? Não sei. Não vou me posicionar nesse termo, mas eu trabalhando em uma escola eu respeito todas as opções, você tem que saber respeitar todas as opções independente de quais sejam.*

*DI: Gênero é a crença de uma pessoa. Sobre sexo, masculino e feminino. Não, eu sou contra. Isso não. Porque eu acho assim, que o homem foi feito para a mulher. Ninguém gostaria de ter um filho saindo de saia na rua, nem saindo de franja, acho ridículo aquilo.*

Conforme relatado nessa subcategoria, notamos que tanto os professores quanto os estudantes entrevistados possuem uma visão distorcida sobre o que as discussões de gênero propõem. Para eles, falar sobre gênero é falar sobre sexualidade, com isso, observamos pelas falas que eles compreendem a inserção dessa temática na escola como o ato de explicar as relações afetivas dos estudantes, o que representa apenas uma pequena parcela do todo que representam as questões de gênero. Além disso, notamos também, que em todas as falas as orientações sexuais são tidas como opções, de modo que, de certa forma se relaciona com a visão proposta pelo projeto de lei “Escola sem partido”, visto que esse debate certamente seria barrado na escola, para que os estudantes não “optassem por esse modo de vida”.

### **Considerações finais**

De acordo com as discussões apresentadas neste trabalho, as discussões de gênero nas escolas têm se mostrado como ponto de resistência por parte dos profissionais da educação, visto que os relatos de sua implementação são poucos ou ocorrem de forma superficial. Nesse contexto, para nós, é papel do professor ser esse sujeito crítico e transformador da sociedade, de tal modo que se sintam convidados a questionar seus próprios padrões e que por meio desse processo de desnaturalização pessoal, possam proporcionar aos estudantes ambientes livres de discriminação, voltados unicamente para seu desenvolvimento social e acadêmico.

Nesse sentido, defendemos que as principais potencialidades da implementação dessa temática nas escolas é proporcionar espaços de análise para os estudantes sobre o material didático utilizado, sobre a visão que as outras turmas e outros professores possuem, sobre a forma como essa questão está inserida na escola, e sobre a presença, superficialidade e/ou ausência dessas discussões. Mas em contrapartida, também temos como principal limitação propostas e incorporação de projetos de lei como o “Escola sem partido” e a própria visão por vezes preconceituosa dos demais agentes de ensino que impedem essas discussões nas escolas. Por fim, acreditamos que há potencialidades significativas que defendem a implementação dessa temática nas escolas, uma vez que se configura como forma de romper essas barreiras sociais impostas aos estudantes, tornando-os sujeitos críticos e atuantes na esfera pública e política.

### **Agradecimentos e apoios**

À CAPES pela bolsa fornecida, à escola estadual Maria Rosa Nucci Pacífico Homem, por permitir o desenvolvimento das atividades e aos colegas de grupo.

### **Referências**

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Ed. 70. São Paulo, SP. 1977.



BRASIL. **Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) Acesso: 30/11/2016.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº193, DE 2016. **Projeto de lei “Escola sem partido”.** Inclui na Lei nº9.394 o “Programa escola sem partido” Disponível: <http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=192259&tp=1> Acesso: 30/11/2016.

DELIZOICOV, D. **Concepção problematizadora para o ensino de ciências na educação formal** – Dissertação de mestrado, FE/USP - São Paulo, 1982.

GUIMARÃES, M. A. **Raciocínio informal e a discussão de questões sociocientíficas: o exemplo das células-tronco humanas.** 2011. Disponível: [http://www2.fc.unesp.br/BibliotecaVirtual/ArquivosPDF/TES\\_DOUT/TES\\_DOUT20110228\\_GUIMARAES%20MARCIO%20ANDREI.pdf](http://www2.fc.unesp.br/BibliotecaVirtual/ArquivosPDF/TES_DOUT/TES_DOUT20110228_GUIMARAES%20MARCIO%20ANDREI.pdf) Acesso: 30/11/2016.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação Uma perspectiva pós-estruturalista.** 6ª Ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003.

PELÚCIO, L. Desfazendo gênero. In: MISKOLCI, R.; JÚNIOR, J. L. **Diferenças na educação outros aprendizados.** São Carlos: Ed. EdUFSCar. 2014.

PINHEIRO, N. A. M.; SILVEIRA, R. M. C.; BAZZO, W. A. Ciência, tecnologia e sociedade: a relevância do enfoque CTS para o contexto do ensino médio. **Revista Ciência & Educação.** nº1, v. 13, 2007. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v13n1/v13n1a05.pdf> Acesso: 30/10/2016.

SANTOS, R. G.; SIEMSEN, G. H.; SILVA, C. S. **Articulando Química, questões raciais e de gênero numa Oficina sobre Diversidade desenvolvida no âmbito do PIBID: análise da contribuição dos recursos didáticos alternativos.** In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ensino de Ciências, X ENPEC, 2015, Águas de Lindóia, Anais de evento.